
A influência da apatia político-societal no desenvolvimento dos municípios paranaenses

The influence of political-societal apathy on the development of the Paraná municipalities

*Antonio Gonçalves de Oliveira¹
Suzane Raquel Guerra Santos²*

Resumo: A participação societal é um processo no qual os cidadãos participam ativamente das tomadas de decisões da administração pública. Por ser um processo utópico, vive-se de fato a apatia societal, gerando o

-
- 1 Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná - UFPR e em Direito pelo Centro Universitário UniDomBosco, mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Atualmente é Professor Associado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)/ Departamento Acadêmico de Gestão e Economia (DAGEE) vinculado à Graduação e à Pós-Graduação - Programa de Mestrado/Doutorado em Planejamento e Governança Pública (PPGPGP).
 - 2 Possui graduação em Ciências Econômicas pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná - FESP (2011), pós graduação em Gestão Pública pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná - FESP (2016) e mestrado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Atualmente é servidora pública da Universidade Federal do Paraná (UFPR), chefe da Seção de Gerenciamento Acadêmico (SGA) da Coordenadoria de Procedimentos Acadêmicos e de Permanência (COPAP).

sentimento de que nada pode ser feito para mudança e melhoria do sistema político. Assim, os governantes se sentem confortáveis em agir, devido a não cobrança da sociedade perante as decisões tomadas. Dessa forma, tem-se como pressuposição deste artigo que a apatia societal traz externalidades negativas ao desenvolvimento local e regional; e por objetivo analisar as relações entre a apatia societal, medida pelo índice de democratização (ID) e seus componentes (participação e competição), e o desenvolvimento local. Busca-se então responder a seguinte questão norteadora: quais os principais possíveis impactos gerados pela apatia societal no desenvolvimento dos municípios paranaenses, considerando o Índice de Democratização Eleitoral dos respectivos municípios? Metodologicamente, o estudo fundamenta-se na pesquisa de natureza aplicada, com abordagem quantitativa, ex-post facto, de cunho bibliográfico e documental. Como resultado, tendo em vista a inexistência de correlação significativa entre as variáveis estudadas, conclui-se que a apatia societal não influencia significativamente no desenvolvimento local e regional dos municípios paranaenses.

Palavras chave: Administração Pública; Apatia Societal; Desenvolvimento Local e Regional; Municípios Paranaenses.

Abstract: Societal participation is a participative process in which the citizens participate actively in the decision-making process of the public administration. Because it is a utopic process, people have been living the societal apathy, thus, arising the feeling that nothing can be done to change and improve the political system, allowing the authorities to feel comfortable to act the way they want, due to the lack of society supervision before the decisions made.

Therefore, the study assumes that the societal apathy brings negative externalities to the local and regional development. Hence, the main goal of the research is to analyze the relations among the societal apathy, measured by the DI and its components: participation and competition, with the local development. For this purpose, we seek to answer: What are the main possible impacts caused by the societal apathy on the development of the Paraná municipalities, considering the electoral democratization index of the respective municipalities? Methodologically, the study is based on applied research, following a quantitative approach; ex-post facto, with procedures of bibliographic and documental nature. As results, denoting the inexistence of a statistical correlation among the observed data, in conclusion, the societal apathy does not interfere in the local and regional development of the Paraná municipalities.

Keywords: Public Administration; Societal Apathy; Local and Regional Development; Paraná Municipalities.

1. Introdução

Este artigo analisa possíveis influências da apatia societal no desenvolvimento dos municípios paranaenses e as externalidades que essa relação pode gerar, assim como seus possíveis impactos, referente aos anos de 2015 e 2016. Com isso seu objetivo é analisar as relações entre a apatia societal, medida pelo Índice de Democratização Eleitoral (ID) e seus componentes (participação e competição), e o desenvolvimento local.

O tema abordado neste artigo contribui para a sociedade, pois se trata de um assunto pertinente ao Estado bra-

sileiro, principalmente, diante da crise política que dificulta a execução de ações governamentais benéficas à população. Do ponto de vista acadêmico, o presente estudo contribui para o tema gestão societal, de desenvolvimento recente, e não reconhecido como forma de administração pública. Dessa forma, a pesquisa colabora para o avanço do conhecimento na área, incentivando novos estudos assim como o aperfeiçoamento do tema abordado.

A ideia de analisar a gestão societal relacionada ao desenvolvimento local, por meio do Índice de Democratização (ID) e do Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM), surgiu da evidência da crise política e econômica atual e do interesse de oferecer possíveis respostas à sociedade, a fim de encontrar soluções contributivas, utilizando, para isso, índices atuais e completos.

O ID e seus insumos compõem este estudo como referência para a análise da participação societal, a qual, mesmo que indiretamente, pode interferir de forma ressonante no desenvolvimento local e regional, referenciado neste trabalho pelo Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM).

Não há uma clara linha temporal que separe os modelos de Administração Pública, uma vez que, até hoje, o que se tem de fato é uma atuação em concomitância de modelos distintos, com eventual prevalência de acordo com a orientação dos respectivos governos que estejam à frente da administração. Não obstante, tal concomitância na atualidade ocasiona a evolução da administração pública, desde a administração patrimonialista dos Estados absolutistas formada no século XVII, a qual deu lugar à gestão burocrática, posteriormente sucedida pela administração gerencial nos anos 1970. Nos dias atuais, com o advento do fortalecimento das democracias, tem-se em nível acadêmico a administração societal, que é a gestão que considera o cidadão como

sujeito central e parte fundamental nas decisões e controle das políticas públicas.

A participação político-societal é um processo participativo na dinâmica política por parte do povo enquanto elemento essencial da materialização do Estado, assegurando-lhe o direito moral de cobrar ações efetivas em prol do esperado bem comum. Sendo esse um processo utópico, pode-se considerar que, *contrário sensu*, a apatia societal é o não interesse da sociedade na participação político-pública. Esse sentimento vem da sensação de que nada pode ser feito para mudar o sistema político, o que deixa os governantes em situação confortável, pois podem influenciar as massas e, assim, não serem cobrados pelos cidadãos³. Visto isso, pressupõe-se que a apatia societal pode impactar no desenvolvimento local e regional.

Em particular, neste estudo, confluem os esforços para se responder à seguinte questão de pesquisa: quais os principais possíveis impactos gerados pela apatia societal no desenvolvimento dos municípios paranaenses, considerando o Índice de Democratização Eleitoral dos respectivos municípios?

No espectro delimitado para o trabalho, têm-se então os seguintes pressupostos de que: (i) a participação societal medida pelo índice de participação nas eleições municipais (partID), enquanto insumo do Índice de Democratização (ID) é diretamente proporcional ao Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM); e (ii) municípios com menor índice de democratização (ID) possuem maior apatia societal e, por conseguinte, menor IPDM comparado.

Este trabalho está estruturado em sete seções, sendo a primeira delas esta introdução. A segunda seção refere-se à teoria das externalidades, isto é, a teoria central que fun-

3 REDRUELLO, 2015, p. 12.

damenta esta pesquisa. Na terceira seção aborda-se a apatia político-societal que, em termos gerais, é a não participação dos cidadãos no meio público e como adendo a essa seção, trata-se da apatia político-societal no contexto brasileiro, citando os principais fatos históricos do país com relação à participação da sociedade no meio político.

Já na quarta seção apresenta-se o desenvolvimento local e regional considerando o desenvolvimento como uma melhora de vida de maneira geral da população, contendo menos desigualdade social, melhor educação e saúde, mantendo o foco de análise em apenas uma região, ou em um conjunto de regiões, desde que possuam características comuns. Ainda nesta seção citam-se os índices de desenvolvimento específicos deste estudo: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice Iparides de Desempenho Municipal (IPDM).

A quinta seção trata especificamente sobre o principal índice desta pesquisa, o Índice de Democratização Eleitoral (ID), criado por Tatu Vanhanen (2003). Na sexta seção têm-se os procedimentos metodológicos e os resultados, onde demonstra-se a caracterização e o delineamento da pesquisa, população, coleta, tratamento e exposição dos dados; bem como questões sobre a análise de correlação, instrumento estatístico utilizado entre os índices da pesquisa. E, por fim, na sétima seção consta a conclusão do trabalho, definindo se há correlação ou não entre o ID com o IPDM e do partID com o IPDM, finalizando-se a problemática quanto à participação societal interferir ou não no desenvolvimento local e regional.

Posto isso, espera-se consolidar a relação entre as variáveis apatia societal e o desenvolvimento local, por intermédio do grau do ID comparado com o IPDM, chegando-se à conclusão quanto à (in)existência de correlação entre os índices.

2. Teoria central: das externalidades

A Teoria das Externalidades surge por meio do estudo de economia do bem-estar de Arthur Pigou, em 1920, no livro *Wealth and Welfare*, que foi precursor da famosa obra *La Economía del Bien Estar*. Baseando-se no conceito de externalidades de Alfred Marshall, Pigou desenvolveu a teoria das externalidades para justificar a intervenção do governo. No seu trabalho, ele considera que para uma produção ideal à comunidade, devido à presença de externalidades, deve-se haver intervenção estatal, por meio de subsídios e impostos, como forma de corrigir divergências⁴

As externalidades surgem da divergência entre a produção para a competição e a produção ideal, pois a indústria produz para gerar retornos crescentes, produzindo menos para a competição do que o ideal ou, caso produza para retornos decrescentes, o volume da produção da competição será maior do que o ideal. Isto é, em ambos os casos haverá externalidades positivas ou negativas a terceiros, que podem ser os consumidores, os proprietários dos instrumentos alugados ao investidor, os fabricantes de bens ou os que produzem o mesmo bem⁵. Dessa maneira, considera-se que:

As externalidades ou economias externas surgem quando a decisão tomada por um agente influencia o bem-estar de outro agente, não diretamente envolvido com as decisões do primeiro. Em outras palavras, em um mercado, as decisões de compradores e vendedores influenciam mutuamente uns e outros – e o resultado do mercado não é uma externalidade. No entanto, caso outro agente, não envolvido no mercado, também seja influenciado, nesse caso, a perda ou ganho de bem-estar desse último agente é uma externalidade⁶.

4 PIGOU, 1932, p. 108.

5 SIMON, 1987, p. 244.

6 PINHO, VASCONCELLOS e TONETO JUNIOR, 2011, p. 281.

Focando neste estudo sobre Apatia Societal e o Desenvolvimento dos Municípios Paranaenses, a externalidade é estudada como um termo utilizado para explicar o porquê dos preços não absorverem os impactos ambientais, sociais e sanitários gerados por produção de bens e serviço. Desse modo, define-se que as externalidades são ações de alguns indivíduos que afetam outros⁷. Ou seja, são ações que um agente econômico efetua e gera benefícios ou prejuízos a outros agentes econômicos.

Nos anos de 1950, os economistas passaram a se referir aos custos invisíveis – porém, latentemente impactantes para a sociedade – como externalidades, pois não se refletem nos preços de mercado e afetam terceiros. Assim, Pigou definiu que uma solução para esse problema seria impor tributos a parte que estivesse prejudicando terceiros⁸. Dessa forma, fixando-se uma taxa de imposto, considerada ótima no mercado, internaliza-se os efeitos das externalidades. A isso se deu o nome de Imposto de Pigou⁹.

Desse modo, é possível a intelecção de que o surgimento de uma externalidade se dá:

[...] quando a relação de produção ou utilidade de uma firma ou indivíduo inclui variáveis cujos valores são escolhidos por outros sem levar em conta o bem-estar do afetado, além disto, os causadores dos efeitos não pagam nem recebem nada pela sua atividade, este fato ressalta o caráter involuntário da externalidade. O conceito apresentado possui sintonia direta com duas condições que Pearce e Turner (1990) destacaram para a existência de custos ou benefícios externos, as quais são: as atividades de um agente podem causar perdas ou ganhos de bem-estar em outros agentes; e as perdas e os ganhos de bem-estar não são compensados financeiramente¹⁰.

7 SLOMSKI et al, 2011, p. 280.

8 KISHTAINY et al, 2013, p. 137.

9 PINHO, VASCONCELLOS e TONETO JUNIOR, 2011, p. 283.

10 SILVA e LIMA, 2006, p. 5.

Por sua vez, conforme Nusdeo,¹¹ as externalidades são custos ou benefícios que circulam externamente ao mercado, assim esses efeitos externos não significam que estão fora das unidades econômicas, mas sim que esses fatos, ocorridos fora do mercado, podem ser vistos como efeitos parasitas. Os exemplos das externalidades são incontáveis, pois não são exceções, mas, na realidade, permeiam o tecido socioeconômico a cada instante.

Para isso, fica claro que a externalidade envolve obrigatoriamente dois lados, um causador e uma vítima; sem a relação entre ambos a externalidade simplesmente não acontece. Para se internalizar essas externalidades é necessário que o mercado promova o ótimo social, ou seja, o bem-estar social e o equilíbrio¹².

Logo, para se corrigir uma externalidade negativa o governo pode aplicar sanções punitivas para amenizar os prejuízos, tais como leis de controle, regulamentações, impostos ou incentivos privados, tributação de externalidades negativas e subsídios às externalidades positivas. Desse modo, a ação prejudicial a terceiros é diminuída¹³. Pode-se então relacionar o surgimento da participação/apatia societal com as externalidades, considerando-se que:

(...) com o exercício das novas práticas, também vieram as dificuldades, os limites e as novas exigências dadas pela nova conjuntura econômica, social e política. Várias dessas dificuldades decorriam de problemas enraizados na própria cultura política nacional, em que predominam valores como o clientelismo; o paternalismo; o método de resolução de negócios públicos por meio de procedimentos diretos, privilegiando interesses particulares; a descrença na eficácia das leis, porque, usualmente, elas só são aplicadas aos pobres e fracos como mecanismo punitivo; a mania nacional de

11 NUSDEO, 2014, p. 155-156.

12 ARAÚJO, 2005, p. 543-544.

13 THEISS et al, 2015, p.7.

uso da “lei de Gerson”¹⁴, de só levar vantagem, gerando processos como a naturalização da corrupção como mais uma forma de levar vantagem¹⁵.

Dessa forma, enfatizando a questão abordada nesta pesquisa sobre Apatia Societal e o Desenvolvimento dos municípios paranaenses, pode-se considerar que situações como atraso, fome, clientelismo, patrimonialismo, embora não sejam considerados valores culturais, são incorporados pela cultura brasileira, gerando uma sociedade pouco participativa, silenciosa e passiva, podendo afetar inclusive o desenvolvimento local e regional.

Portanto, como as externalidades são ações de uma parte que afeta outra, no presente estudo analisa-se como a apatia societal interfere no desenvolvimento local e regional das cidades paranaenses. Nesse caso, pressupõe-se que essa relação gera externalidades negativas, pois gera um efeito externo que gera prejuízo a terceiros. Ou seja, a apatia societal é prejudicial ao desenvolvimento dos municípios analisados.

3. Apatia político-societal

A administração pública brasileira é caracterizada por diferentes modelos de gestão no decorrer de sua história. Cada modelo possui sua particularidade, influenciando, dessa maneira, a atuação do Estado na prática pública. Os perfis de gestão pública podem ser classificados em: patrimonialista (1500-1930), burocrático (1930-90), gerencialista (a partir de 1990) e societal (a partir da década de 2000). No

14 A Lei de Gerson ou Lei da Vantagem é um termo popularmente utilizado para determinar que uma pessoa ou empresa obtenha vantagens de forma indevida, sem se importar com questões éticas ou morais, em que o princípio é, basicamente, levar vantagem em tudo.

15 GOHN, 2011a, p. 55.

lume da taxonomia temporal acerca das práticas inerentes aos respectivos modelos, Peci et al.¹⁶ lecionam que:

Desveladas em diversas análises do contexto brasileiro, como o coronelismo e o patrimonialismo ainda se fazem presentes. Assim, práticas como clientelismo, nepotismo, mandonismo e sobreposição dos interesses privados em relação aos públicos resistiram às décadas que separam o presente da data original.

Na participação política-societal o cidadão executa seu papel de forma ativa, deixando de ocupar apenas o espaço de um usuário, pois participando efetivamente do meio político-público, ele poderá deliberar sobre as decisões políticas. Desta maneira, é necessário que a gestão societal traga um novo paradigma, na qual o foco está nos movimentos sociais e populares¹⁷.

Neste lume, a vertente societal surge com a expectativa de substituir a gestão tecnoburocrática por uma gestão mais participativa, na qual há a participação de diferentes indivíduos no processo decisório, onde o cidadão participa decidindo como pessoa, trabalhador ou consumidor¹⁸. O universo da participação, segundo Gohn¹⁹, conduz ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira, resgatando as lutas dos cidadãos por direitos sociais, a cidadania e as melhores condições de vida.

Jean J. Rosseau, conhecido como o teórico da participação, considera a participação do cidadão no processo de tomada de decisões da comunidade e a vê como asseguradora de um bom governo. Ele considera que uma pessoa se torna um verdadeiro cidadão quando se interessa pelo

16 PECCI et al., 2008, p. 44.

17 LUNARDI, 2019, p. 94.

18 PAULA, 2005, p. 45.

19 GOHN, 2011a, p. 16.

bem geral e não apenas com o particular, podendo levar à mudança educativa dos indivíduos²⁰.

Conforme Oliveira et al.²¹, pode-se considerar que a participação política é um dos elementos que interfere na participação societal, pois a aversão à política, ou seja, a não participação na eleição, pode impactar na administração societal. Hoje, com as campanhas eleitorais cada vez mais profissionais e milionárias, a população se sente cada vez mais abandonada, pois o interesse do povo é sobreposto aos interesses políticos, ao clientelismo e aos apadrinhamentos, surgindo, então, o desinteresse pela política, o que, por conseguinte, interfere na participação da sociedade.

Deste modo, de acordo com Lunardi²², comenta-se que:

Embora, em teoria, as democracias ditas “modernas” tenham colocado o ser humano no centro do poder estatal, como sujeito do poder político, pragmaticamente tal poder está centralizado numa elite política que, ainda que por meio de um discurso de legitimação, orienta a ordem jurídica, econômica, política e social para atender a determinados interesses, com base em sistemas simbólicos de dominação.

Não obstante a relevância da participação societal no Estado Democrático de Direito, é cónita a existência de problemas na sociedade brasileira herdados e latentes desde o período colonial, como a corrupção e a desigualdade econômica e social, onde nos períodos tidos como “democráticos”, especialmente na contemporaneidade, os governos adotam uma governabilidade a partir do coalizionismo, e da distribuição de cargos, não necessariamente moral, mas sim com o intuito de obter vitórias governistas, facilitando a governabilidade. Esse modo de governar explica, em par-

20 PATEMAN, 1992, p. 40.

21 OLIVEIRA et al., 2015, p. 114.

22 LUNARDI, 2019, p. 100.

te, o porquê do não interesse da população na participação societal²³.

Assim, de acordo com Redruello²⁴, o processo participativo garante que a igualdade política seja efetiva em relação às decisões tomadas conforme a vontade geral, ou seja, com o apoio de todos os cidadãos. Em suma, a apatia existente passou a ser vista pelos governantes como um alívio, pois, em função disso, eles poderiam influenciar as massas, podendo, conseqüentemente, deliberar tomadas de decisão no âmbito das pequenas elites interessadas.

O que leva a apatia é o sentimento de que nada se pode fazer para alterar a situação, onde não se pode lutar com o imenso e onipresente sistema político. No entanto, sabe-se que no Brasil, atualmente, não há satisfação com o sistema e sim, a vontade de mudança, de reformas. Porém, para isso acontecer é necessária a participação ativa nos assuntos de interesse público e não a potencialização da apatia.

Para isso, é essencial o desenvolvimento do protagonismo político do povo, por meio da implantação de instrumentos que ampliem suas potencialidades, como o “controle das instituições políticas, efetiva participação nos órgãos governamentais e instrumentos concretos e adequados para reivindicar as suas demandas e buscar soluções, dentro e fora do Estado, para atender às suas necessidades²⁵”.

Dessa maneira, Redruello²⁶ explica que a inatividade do cidadão não é devido ao analfabetismo, à pobreza ou à falta de informação e sim devido à falta de prática democrática, ou seja, a apatia vem da rejeição do sistema e não da falta de opções para participação. Assim, podem-se citar dois moti-

23 OLIVEIRA et al., 2015, p. 115.

24 REDRUELLO, 2015, p. 12.

25 LUNARDI, 2019, p. 98.

26 REDRUELLO, 2015, p. 61.

vos que causam a apatia (“qualquer semelhança à situação atual vivenciada na república brasileira é mera coincidência”): o controle da classe política sobre as manifestações da população e a corrupção gerada pelas potências econômicas dentro do sistema, que beneficia políticos desonestos e contribui para a alienação e apatia dos cidadãos.

Portanto, para que a gestão societal se desenvolva Lunardi²⁷ propõe “uma forma de pensar as instituições políticas a partir de uma teoria crítica, uma nova utopia, que gere empoderamento do povo a partir de baixo, como formas reais de participação do povo e veiculação de suas demandas sociais ao Estado.” Visto isso, de acordo com Gohn²⁸, pode-se considerar que ainda há muitos desafios a serem enfrentados, como por exemplo, alterar a cultura da sociedade civil e política, que ainda é marcada pelo clientelismo e corrupção; reestruturar a cultura administrativa arraigada de órgãos públicos, ainda formados com base na burocracia e no corporativismo; e fortalecer a cidadania, respeitando-se os direitos e deveres da coletividade.

3.1. Apatia político-societal no contexto brasileiro

Até 1930, o Brasil foi um país dominado pelas oligarquias, pela política dos governadores. Na Revolução de 1930, com o início da Era Vargas, centralizou-se o poder dos dirigentes a fim desenvolver e modernizar o país. No ano de 1964, com o início da ditadura militar, esse poder tornou-se ainda mais forte²⁹.

27 LUNARDI, 2019, p. 102.

28 GOHN, 2011a, pp. 356-357.

29 MATIAS-PEREIRA, 2012, p. 228.

Máxime que o período militar brasileiro foi caracterizado pela redução da participação social na política, além do desrespeito aos direitos civis e políticos. Após esse período, a participação da população cresceu, embora ainda houvesse pouca organização de bases populares, devido ao baixo interesse social pela movimentação política³⁰. Além disso, houve o crescimento dos movimentos sociais, na segunda metade dos anos 1970, com ideias voltadas para problemas cotidianos da sociedade; o que, mesmo sem a definição de partidos políticos (como o pluripartidarismo excessivo hodierno), marcou o início da consciência dos direitos da sociedade.

Na década de 1980, surge a participação dos indivíduos na elaboração de estratégias e tomada de decisão por meio dos movimentos populares, categorias profissionais do funcionalismo público, associação de moradores entre outros. O termo usado na época era “participação popular”, que foi definida como “esforços organizados para aumentar o controle sobre os recursos e as instituições que controlavam a vida em sociedade. Esses esforços deveriam partir fundamentalmente da sociedade civil organizada em movimentos e associações comunitárias³¹”.

O marco da participação social no ambiente político nacional foi quando, após 20 anos de Regime Militar, em 1984, o país viveu o marcante movimento “Diretas Já”, momento em que os brasileiros tinham a esperança de que a democracia traria mudanças não só políticas, mas também econômicas e sociais, como a volta da liberdade civil, o retorno do crescimento econômico e a distribuição de renda. O pico do movimento se deu nas vésperas da votação da emenda constitucional que permitia o voto direto popular

30 OLIVEIRA et al., 2015, p. 114.

31 GOHN, 2011a, p. 52.

para presidente da República. Mas mesmo com a significativa manifestação, a emenda não foi aprovada por falta de quórum, levando a primeira desilusão da República³².

Conforme Oliveira et al.³³, também na década de 1980, foi reconhecido o direito ao voto por meio da Constituição de 1988, garantindo-o a todos os capazes e, facultativamente, aos maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos, aos analfabetos e maiores de setenta anos.

Assim, a partir de 1990, surgiram formas mais institucionalizadas de organização popular e iniciativas de parceria entre a sociedade e o poder público, como Fóruns, Orçamento Participativo e Conselhos Municipais, atuantes nas questões que dizem respeito à participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos. Em relação à mobilização político-administrativa local e regional, podem-se citar além do Orçamento Participativo, os Conselhos Gestores (saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, idoso) e os Conselhos da Condição Feminina, Populações afrodescendentes, entre outros³⁴.

Ainda em 1990, a participação se tornou um dos principais temas das demandas, envolvendo a criação de canais, definindo a qualidade que eles teriam e como os cidadãos poderiam participar. Surgia assim uma nova fase da participação, que passou a ser vista sob um novo foco, com a Participação Cidadã, baseada na universalização dos direitos sociais, na ampliação da cidadania e em uma nova compreensão sobre o papel do Estado. Essa inovação passou a ser implementada como política pública, na época em que medidas assim ganhavam destaque nas estratégias de desenvolvimento, transformação e mudança social³⁵.

32 GIAMBIAGI et al, 2011, p. 97-98.

33 OLIVEIRA et al., 2015, p. 114.

34 GOHN, 2011a, p. 342.

35 GOHN, 2002, p. 12.

No entanto, após esse período, é identificado no Brasil um dos primeiros projetos políticos em desenvolvimento inspirado na vertente gerencial. Esse ideal ganha corpo e as suas raízes surgiram nas mobilizações populares contra a ditadura e na redemocratização do país, por meio dos movimentos sociais, dos partidos políticos de esquerda e das organizações não-governamentais. Assim, surgiram nas experiências alternativas da gestão pública, os Conselhos Gestores e o Orçamento Participativo³⁶. Em continuidade, dos anos 2000 em diante, promove-se a ampliação da gestão deliberativa com várias inovações no campo da participação popular, inclusive com a participação via eletrônica³⁷.

Desse modo, Pinheiro³⁸ define que a participação societal é “a preparação do processo participativo com a produção de informações em linguagem acessível e finalmente a capacitação dos gestores técnicos locais e cidadãos, para que todos possam entender e interferir nos processos de tomada de decisão”. No entanto, o autor assevera que “construir processos efetivamente participativos é um grande desafio e encontra grandes resistências”³⁹. É um movimento que exige conhecimento, muita organização e vontade política. Mas a ausência de participação comunitária é um dos principais fatores de insucessos de planos de programas e projetos.

O desenvolvimento da participação societal exige vontade política das forças democráticas, para que instituem espaços públicos consolidados por instituições que se fundamentam nos direitos humanos e na participação cidadã, por meio de conselhos, fóruns e outros meios de atuação, pois, conforme afirma Gohn⁴⁰, uma “forma participativa

36 PAULA, 2005a, p. 37.

37 GOHN, 2011b, p. 230.

38 PINHEIRO, 2010, p. 91.

39 PINHEIRO, 2010, p. 76.

40 GOHN, 2002, p. 19.

proposta só pode vir a acontecer se os cidadãos ativos de uma comunidade lutar para garantir a existência do caráter democrático desses novos espaços desde seus primórdios, logo no início de sua implantação”.

A interdependência das sociedades provoca a necessidade de uma democracia participativa, mais direta e deliberativa, com cidadania plural. Assim, fortalecendo a democracia é possível transferir mais responsabilidades aos cidadãos sobre assuntos públicos⁴¹.

Enfim, para que a participação societal seja efetiva não basta apenas alta de participação, mas sim de qualificação desses cidadãos participantes. Por isso, é necessário prover aos interessados informações e conhecimento sobre o meio público. Conforme reforça Gohn⁴², não basta apenas integrar e incorporar o cidadão à teia burocrática. Além disso, a sociedade possui o direito de compreender essa teia para, posteriormente, poder interceder no meio público e praticar uma cidadania ativa e adequada.

4. Desenvolvimento local e regional

O processo de democratização baseando-se na participação societal tem o desenvolvimento local/regional como fator chave, pois as reivindicações dos cidadãos, em princípio, são encaminhadas diretamente aos órgãos públicos – principalmente, às prefeituras – sendo de responsabilidade do mandatário decidir sobre as demandas do detentor do poder originário, qual seja, o povo⁴³.

O desenvolvimento local e regional, que se apresenta como foco deste estudo, tem sua raiz no conceito de desen-

41 VILLELA et al, 2016, p. 624.

42 GOHN, 2011a, p. 100.

43 GOHN, 2011a, p. 54.

volvimento econômico. Dessa maneira, considera-se que o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico, de um lado relacionado ao surgimento e formação dos estados nacionais e, de outro lado, à acumulação de capital e à incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital⁴⁴.

Para delinear adequadamente, é premente apresentar a distinção entre o crescimento e o desenvolvimento econômicos, sendo esse último um progresso de alterações estruturais, afirmando-se com força própria e o primeiro sendo induzido por um fator externo, que não gera progresso, mas infla a economia e, assim que a causa é cessada, se subtrai⁴⁵.

Na mesma perspectiva, Pinho e Vasconcellos⁴⁶ discutem sobre os termos, asseverando que o crescimento econômico equivale a um processo no qual a renda per capita de uma determinada população se eleva. Acompanhado desse crescimento, sucedem-se transformações estruturais quantitativas e qualitativas, como, por exemplo, redução das taxas brutas de natalidade e de mortalidade, gerando, dessa maneira, o desenvolvimento.

O crescimento econômico caracteriza-se pelo aumento da renda per capita de uma população e pelo aumento da produção de bens e serviços, não necessariamente melhorando a qualidade de vida dos cidadãos. Nesta senda o crescimento pode, inclusive, resultar em aumento da desigualdade populacional contrariando o desenvolvimento econômico/social. Por isso é ideal que o crescimento fortaleça até chegar ao desenvolvimento, para que a população se sinta favorecida pelo processo⁴⁷.

44 BRESSER-PEREIRA, 2008, pp. 5-6.

45 NUSDEO, 2014, p. 373.

46 PINHO; VASCONCELLOS, 2003, p. 406.

47 PNUD, 2013.

É por essa razão que o desenvolvimento econômico e humano se associa ao processo de crescimento, possibilitando que a sociedade seja a maior beneficiária das mudanças decorrentes desse processo. Ou seja, a maioria da população deve vivenciar melhor condição de vida, como saúde, educação, cidadania, redução da desigualdade social, aperfeiçoamento pessoal, entre outros. Assim, os indicadores sociais, juntamente com o estudo da evolução da distribuição de renda, são imprescindíveis para analisar se de fato o crescimento econômico está conduzindo a benefícios externalizados aos cidadãos.

As definições conceituais de desenvolvimento humano, assim como do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foram divulgadas no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1990. Os conceitos foram amplamente difundidos, devido à popularização do IDH, como outra medida possível ao desenvolvimento humano, substituindo e, até mesmo, superando o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) nessa avaliação de desenvolvimento⁴⁸. O desenvolvimento humano pode então ser entendido como:

Um processo dinâmico e permanente de ampliação das oportunidades dos indivíduos para a conquista de níveis crescentes de bem-estar. Para tanto, o processo de desenvolvimento deveria garantir, entre outros aspectos, oportunidades crescentes de acesso à educação e cultura, a condições de desfrutar uma vida saudável e longa e a condições de dispor de recursos suficientes para o consumo adequado de bens e serviços⁴⁹.

Dessa maneira, pode-se afirmar que o desenvolvimento humano amplia as capacidades e as oportunidades dos cidadãos. Com isso, o desenvolvimento humano é voltado

48 PNUD, 2013.

49 JANNUZZI, 2002, p. 67.

para as pessoas, não só com foco na riqueza ou na renda, mas sim na melhoria do bem-estar geral da população e na liberdade de escolher o estilo de vida que desejam⁵⁰.

Em direção, o desenvolvimento econômico pode ser medido por meio de indicadores como o IDH, o qual é medido a partir de três variáveis aderentes ao desenvolvimento humano: renda (avaliada pelo PIB per capita como a necessidade de recursos monetários para compra de bens e serviços básicos à sobrevivência da população); educação (calculado pela taxa de alfabetização de adultos e taxa de escolaridade); e esperança (expectativa) de vida (baseada na saúde da população e nos riscos à morbimortalidade). Esse índice surgiu como contraponto ao PIB, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Já o IDH é uma medida geral que visa ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, pois mede o bem-estar de uma sociedade considerando os três elementos para o cálculo⁵¹.

Além disso, o IDH foi amplamente aceito devido à fácil compreensão do cálculo e à simplicidade de mensurar o desenvolvimento humano, abrangendo em um único número, três variáveis básicas da vida de um cidadão: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda)⁵². Os três componentes utilizados para o cálculo do IDH podem se complementar entre si⁵³ – formando-se, assim, um embricamento adequado/suficiente para a composição de um indicador socioeconômico.

Já o PIB é um indicador de crescimento econômico que calcula a soma dos bens e serviços produzidos em um país durante um determinado período. Por isso o PIB é alvo de muitas críticas em relação a sua eficiência como instrumento

50 PNUD, 2013.

51 JANNUZZI, 2002, p. 67.

52 PNUD, 2013.

53 PNUD, 2017.

de avaliação do desenvolvimento. Essas críticas decorrem do fato de o PIB ter surgido na década de 1960, momento em que o crescimento e o desenvolvimento econômico eram considerados sinônimos⁵⁴.

Focando-se no desenvolvimento local/regional, pode-se dispor do IDH para indicar o desenvolvimento econômico-social de uma região do país ou um conjunto de países/regiões geograficamente próximas, desde que tenham entre si relações econômicas, políticas e institucionais fortalecidas para que constituam, assim, um sistema⁵⁵.

Os estudos *lato sensu* do desenvolvimento local/regional, segundo Mendes e Cavedon⁵⁶, surgem na década de 1990, possuindo como base o desenvolvimento econômico. Assim, para se chegar ao conceito de desenvolvimento local, foi levada em conta a integração de outros aspectos, como atributos sociais, ambientais e culturais.

Em princípio, a intenção do desenvolvimento local era descentralizar a administração pública, devido à impossibilidade de o Estado conduzir os processos de desenvolvimento. Desse modo, tais processos em nível local permitiam que os grupos sociais tivessem a capacidade de obter sustentação econômica, social e ambiental de suas práticas⁵⁷. Nessa senda, com a evolução do conceito, tem-se que o desenvolvimento local é entendido como:

Um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as

54 PNUD, 2013.

55 BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 17.

56 MENDES; CAVEDON, 2014, p. 342.

57 MENDES; CAVEDON, 2014, p. 342.

oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local⁵⁸.

Posto isso, tem-se que o desenvolvimento local é produzido por diversos atores e práticas que dão sustentação ao processo de melhoria econômica, diminuição da desigualdade social, aumento da qualidade de vida e acesso a bens e serviços.

Centrando-se, em princípio, na simbiose entre apatia societal e o desenvolvimento, pode-se destacar que mecanismos participativos incluídos na governança local se baseiam no engajamento popular como recurso produtivo, em que se elaboram estratégias para a resolução de problemas públicos.

Da mesma maneira, John Stuart Mill considera que o desenvolvimento de uma comunidade possibilita que esse desenvolvimento gere, como externalidades, um caráter ativo dos indivíduos em relação à participação popular. Além disso, o autor também afirma que o melhor local para a aprendizagem da participação (partID) é no nível local, pois é nesse nível que o cidadão aprende a se autogovernar e aprende sobre a democracia⁵⁹. Dessa forma, Gohn⁶⁰ sustenta que é na participação local que o indivíduo aprende a democracia, desenvolvendo e estendendo sua participação também em nível regional.

Posto isso, é fundamental a atuação dos atores e governos locais na implementação de políticas públicas voltadas para a cidade, pois é nela que se inicia o processo participativo a partir da criação de meios de participação social⁶¹.

58 BUARQUE, 2002, p. 25.

59 PATEMAN, 1992, p. 42.

60 GOHN, 2011a, p. 26.

61 VILLELA et al, 2016, p. 621.

O desenvolvimento humano no Brasil encontra alguns desafios a serem superados, pois a educação e a qualidade de vida da população – dimensões utilizadas para o cálculo do IDH – ainda se encontram abaixo do nível de muitos países, refletindo a desigualdade presente no país. Essa desigualdade é visível entre as regiões brasileiras e também transparece quando comparadas entre municípios por meio da análise da renda per capita, da educação e da expectativa de vida⁶².

Em 1998, por meio dos dados obtidos pelo Censo Demográfico, o Brasil adaptou o cálculo do IDH, voltando-o aos municípios, e determinou um IDH subnacional (IDHM). Posteriormente, o IDHM foi amplamente difundido e passou a ser conhecido e aplicado por formuladores de políticas de desenvolvimento humanos, gestores e tomadores de decisão⁶³.

O IDHM utiliza as mesmas três medidas para formação do cálculo, a saber, a longevidade, a educação e a renda. Além disso, ele adapta a metodologia do índice global à conjuntura brasileira, bem como à história dos municípios, estados e regiões metropolitanas, analisando duas décadas da trajetória do país. Para isso, mais de 200 indicadores socioeconômicos dão suporte ao estudo do IDHM⁶⁴, o qual pode ser considerado mais adequado para análise de desenvolvimento humano do que o indicador nacional, pois considera o histórico e as especificidades dos municípios, refletindo melhor a realidade. Neste matiz, o diagnóstico em nível municipal também estimula a formulação e implementação de políticas públicas locais e, conseqüentemente, melhora a qualidade de vida dos cidadãos⁶⁵.

62 PNUD, 2013.

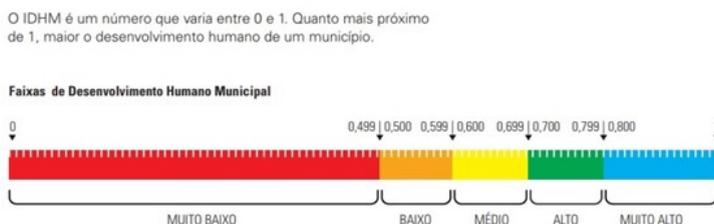
63 PNUD, 2013.

64 PNUD, 2013.

65 PNUD, 2013.

Em relação ao cálculo, o índice varia de 0 a 1, sendo mais desenvolvidos os municípios com resultado próximo de 1 e menos desenvolvidos os com resultado próximo de 0. A figura 1 apresenta a forma de ler o IDHM:

Figura 1: Como ler o IDHM



Fonte: PNUD (2013).

As três variáveis utilizadas para cálculo do IDHM consolidam as principais características do desenvolvimento humano, considerando, segundo PNUD⁶⁶, “a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda”.

Dessa forma, as três variáveis unem-se por meio de média geométrica, e o produto é extraído pela raiz cúbica:

A média geométrica aumenta a possibilidade das va-

$$\sqrt[3]{IDHMEducação \times IDHMLongevidade \times IDHMRenda} \quad (1)$$

riáveis permanecerem individualmente analisadas, pois um baixo desempenho de um dos três fatores não é compensado pelo alto desempenho de outro. Desse modo, o IDHM considera as três variáveis de maneira igualitária.

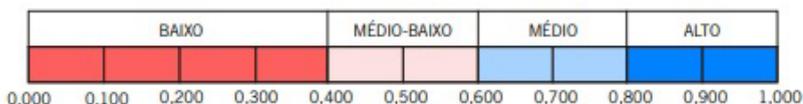
66 PNUD, 2017.

Mesmo com toda a base do IDHM ao estudo do desenvolvimento humano nas cidades, a fonte de dados desse índice só foi contabilizada até o ano de 2010. Por isso, neste estudo, utiliza-se, em substituição, o IPDM, cujo cálculo se estende até o ano 2015, podendo ser comparado com o ID – calculado no ano de 2016.

O IPDM mensura o desenvolvimento nos municípios paranaenses considerando as mesmas variáveis do IDH, isto é, tópicos fundamentais a uma análise de desenvolvimento humano: renda (emprego e agropecuária), saúde e educação. Os dados são fornecidos e disponibilizados anualmente pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social⁶⁷.

Da mesma maneira que o IDH/IDHM, o IPDM analisa os resultados de forma escalonada de valores entre 0 e 1, conforme figura 2.

Figura 2: Como ler o IPDM



Fonte: IPARDES (2011).

No resultado, com a mesma interpretação, tem-se que os valores mais próximos de 1 indicam os municípios mais desenvolvidos e os mais próximos de 0 indicam os municípios menos desenvolvidos.

5. O índice de democratização eleitoral

O Índice de Democratização Eleitoral (ID), variável preditora do presente estudo, é um índice criado pelo pesqui-

⁶⁷ IPARDES, 2011.

sador americano Tatu Vanhanen, apresentado em sua obra: “Democratização: uma análise comparativa de 170 países”. Esse estudo, de forma inédita, mensurou quantitativamente a democracia, lançando mão de uma análise temporal de 170 países, dos anos 1810 a 2001. Entre as hipóteses colocadas por Vanhanen, considera-se que se o poder for extensamente distribuído nas diversas camadas populacionais, há condições favoráveis à democratização. E, ao contrário, se o poder centralizar na posse de poucos, há condição propícia aos sistemas políticos autocráticos e corruptivos⁶⁸.

No estudo de Vanhanen⁶⁹, duas variáveis – a participação e a competição – geram o índice de democratização. Esse índice interliga-se no decorrer de sua obra com variáveis relativas à educação e com variáveis econômicas, fortalecendo a análise da democratização/democracia de um determinado país. Por isso, defende-se que:

O Índice de Democratização (ID) eleitoral, proposto por Vanhanen (2003), mede os diferentes níveis de democracia dos processos eleitorais a partir de duas dimensões. A primeira é a participação. Quanto maior a participação de eleitores nas votações, mais democrático é. A segunda é a competição. Quanto maior a competição, medida pela diferença de votos obtidos pelo vencedor em relação aos demais, mais democrático é o processo eleitoral. Nesse caso, mais democracia significa menor diferença de votos entre quem ganha e quem perde. O oposto, menos democracia eleitoral, se dá em lugares onde há pouca participação e o vencedor apresenta uma diferença muito grande em relação aos demais competidores⁷⁰.

O conceito de Vanhanen segue a mesma linha desde os anos 1970, medindo a democratização por meio da concorrência e da participação. A concorrência é calculada

68 VANHANEN, 2005, p. 280.

69 VANHANEN, 2003.

70 CERVI, 2017(a).

pela proporção de votos obtidos por pequenos partidos nas eleições, subtraindo-se a porcentagem de votos ganhos pelo maior partido de 100. Já a participação, é calculada pela porcentagem da população que votou nas eleições, a partir da população total. Dessa forma, o ID distribui igualmente as duas variáveis multiplicando-as e, posteriormente, distribuindo o produto por 100⁷¹.

No entanto, o mesmo autor considera que essas duas variáveis não são suficientes para medir completamente a democracia, devido a sua complexidade e também pela existência de fatores locais e institucionais que interferem no sistema político. Mesmo assim, o trabalho de Vanhanen⁷² é um exemplo de análise comparativa quantitativa, pois os indicadores utilizados pelo autor possuem cobertura global, abrangem séries temporais e são adaptáveis aos demais entes federativos⁷³.

Cervi⁷⁴ baseia-se no índice de Vanhanen⁷⁵ e o adapta aos municípios brasileiros. Com isso, ele criou o índice de democratização municipal e o analisou conjuntamente às características locais, como mudanças geográficas, populacionais, econômicas, agrícolas, culturais e educacionais.

Não obstante, é importante reiterar que, para este estudo tem-se como objeto o ID e seus componentes, principalmente a participação. Deste modo, trabalha-se apenas com a participação de eleitores nas votações municipais, não utilizando demais instrumentos participativos, como conselhos gestores, orçamento participativo, consultas públicas entre outros.

71 VANHANEN, 2005, p. 281.

72 VANHANEN, 2003.

73 VANHANEN, 2005, p. 282.

74 CERVI, 2017(b), p. 6.

75 VANHANEN, 2003.

Desta maneira, o estudo busca possíveis relações entre o ID, a participação do ID e o desenvolvimento local medido pelo IPDM. Neste sentido, tem-se o ID calculado para todos os municípios paranaenses, conforme Equação 1⁷⁶, a partir dos bancos de dados públicos disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), utilizado como se vê na Equação 2 - Fórmula do ID:

$$ID = \frac{(compID \times partID)}{100} \quad (2)$$

Onde:

ID = índice de democratização;

compID = indicador de competição;

partID = indicador de participação;

No estudo de Cervi⁷⁷, utilizado como fonte do presente trabalho, adapta-se o cálculo das variáveis para a participação eleitoral com a Equação 3- Fórmula da Participação Eleitoral:

$$partID = \frac{compar}{eleitor.} \times 100 \quad (3)$$

Onde:

partID = indicador de participação;

compar. = comparecimento eleitoral em número de eleitores;

eleitor. = total de eleitores registrados no município.

76 CERVI, 2017(b), pp. 5-6.

77 CERVI, 2017(b), pp. 5-6.

Para o cálculo da competição, emprega-se a Equação 4 – Fórmula da Competição:

$$partID = \frac{compar}{vot.elei.} \times 100 \quad (3)$$

Onde:

compID = indicador de competição;

compar. = comparecimento em número de eleitores;

vot.elei. = total de votos no partido eleito.

Nesse caso, o município se torna unidade suficiente de análise, visto que é o principal ente federativo que aborda os interesses locais e implementa políticas públicas nas áreas de saúde, transporte público, assistência social e educação básica – fatores, portanto, de desenvolvimento local/regional.

Diferentemente de Cervi⁷⁸, de forma mais abrangente, este estudo trabalha com a hipótese de que os municípios menos desenvolvidos socioeconomicamente têm propensão a menor democratização; e com a “sub-hipótese” de que a componente variável tem o mesmo comportamento relacional que o ID, comparado ao IPDM. Nesse sentido, este trabalho analisa o ID do ano 2016 (ano das últimas eleições municipais) com o IPDM do ano 2015 (último banco publicizado pelo Ipardes), objetivando encontrar possível relação entre desenvolvimento e participação societal.

78 CERVI, 2017(a).

6. Procedimentos metodológicos e resultados

A pesquisa objeto deste estudo é de **natureza aplicada**, pois gera conhecimento voltado à aplicação prática, em busca de soluções para problemas voltados à realidade⁷⁹. Quanto à abordagem técnica, dá-se a caracterização como **quantitativa** com análises procedidas por meio do emprego de técnica estatística, em particular, a correlação. Os dados brutos foram extraídos a partir de relatórios primários de bancos de dados, e foram tratados e analisados com auxílio do programa/pacote estatístico R Core Team.

Em relação aos **objetivos fins**, este estudo caracteriza-se também como **exploratório-descritivo**, pois descortina uma área ainda fonte de muitos questionamentos, como a administração societal e a relação entre as variáveis sinérgicas à apatia societal (ID, compID, e partID), e desenvolvimento local (IPDM) – relação essa que sustenta o seu ineditismo frente a outros trabalhos de próxima natureza⁸⁰. A caracterização como descritivo se dá pelo fato de proceder análises de perfis populacionais, com o objetivo de descrevê-los sistematicamente, a partir do estabelecimento de relações entre variáveis.

Este estudo também é caracterizado pela sua análise *Ex-Post Facto*, uma vez que trabalha com dados de fatos que já ocorreram, com a utilização de banco de dados eleitorais das eleições municipais de 2016, e do IPDM de 2015. Desse modo, não se tem domínio sobre as variáveis analisadas, pois o fator presumível do fenômeno já ocorreu⁸¹.

Para a análise quantitativa, consoante aos pressupostos, objetivo e problema delineados, foram utilizados os IDs

79 BARROS; LEHFELD, 2000, p. 78.

80 SAMPIERI et al, 2013, p. 99.

81 GIL, 2002, p. 49.

calculados para o ano 2016 e o IPDM do ano 2015. A escolha desses índices/anos justifica-se por 2016 ter sido o último ano de eleições municipais e o IPDM 2015 ser o último ano em que o índice foi calculado e publicado pelo órgão oficial responsável pelas séries estatísticas do Estado do Paraná. Além disso, 2015 é o ano mais próximo daquele em que se calcula o ID, assim é possível aproximar os dados a fim de uma melhor compreensão correlacional.

A utilização do ID justifica-se por ser ele um índice completo, que considera as características político-populacionais municipais e, principalmente, por mensurar quantitativamente a democracia. Já a utilização do IPDM, similarmente, justifica-se por ser um índice atualizado ao IDHM.

Posto isso, para o desenvolvimento deste estudo foram adotados e seguidos os seguintes passos: 1) seleção dos bancos de dados (BD) junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para os cálculos do ID, partID e compID, sendo: (i) BD das eleições de 2016, com números de votantes e votos (nominais, abstenções, brancos e nulos); (ii) BD dos candidatos das eleições de 2016, com seus dados pessoais e coligações e partidos; e (iii) BD dos votos nos partidos e coligações das eleições de 2016; e, finalmente, junto ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), o BD referente ao IPDM; 2) exportação dos referidos BD's para o software/pacote estatístico *R Core Team*; 3) cálculos, conforme script de programação em anexo, das variáveis ID, partID e compID para todos os 399 municípios paranaenses, bem como da correlação do ID e da partID com o IPDM, entendendo-se que a análise correlacional possui como objetivo, conforme Sampieri et al.⁸², “avaliar a relação entre dois ou mais conceitos, categorias ou variáveis (em determinado contexto)”.

Nesse sentido, de posse dos resultados dos cálculos é possível proceder à análise das relações entre duas ou mais

82 SAMPIERI et al., 2013, p. 103.

variáveis e identificar qual a natureza dessa relação (positiva, negativa ou não linear), observando-se o comportamento de uma variável dependente (no caso deste estudo, o IPDM) por meio dos dados de uma ou mais variáveis independentes (ID e partID)⁸³.

A análise da relação da variável ID e partID com o IPDM se dá não com o intuito de aceitar-se o pressuposto de que a apatia societal traz externalidades negativas, impactando no desenvolvimento local, medido pelo IPDM. Considera-se que a participação societal (sentido inverso da apatia societal) – medida pelo índice de participação nas eleições municipais enquanto insumo do ID – é diretamente proporcional ao IDHM; e que os municípios com menor ID possuem maior apatia societal e, por conseguinte, menor desenvolvimento demonstrado pelo IPDM comparado.

Nesta marcha, para responder ao problema delineado para esta pesquisa, foi então calculado o ID, a partID e a compID dos 399 municípios, no ano de 2016 para então medir as (co)relações entre o ID e o IPDM e entre a partID e o IPDM. No trilha do objetivo e da questão norteadora traçadas, a análise correlacional da partID torna-se fundamental, pois a gestão societal considera primordial a participação da sociedade no meio político e democrático.

Registre-se que neste estudo, para o cálculo da componente competição do ID (compID), são considerados os votos no partido eleito, no 1º turno, para o cargo de prefeito. Vale ressaltar que, no ano de 2016, houve eleições suplementares em oito municípios, as quais foram consideradas no cálculo da compID para os seguintes municípios: Foz do Iguaçu, Guaraqueçaba, Moreira Sales, Nova Fátima, Nova Laranjeiras, Piraí do Sul, Primeiro de Maio e Quatiguá.

Outra observação é que, no ano estudado, nas cidades de Guaraqueçaba e Quarto Centenário, não houve, em

83 CORRAR et al, 2007; BUSSAB; MORETIN, 2015.

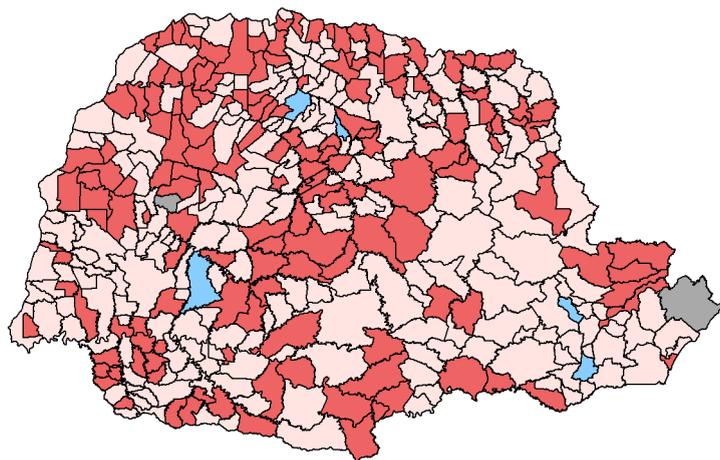
um primeiro momento, eleições para prefeito e, portanto, não foi possível medir a participação de eleitores e nem os respectivos IDs para esses dois municípios, os quais foram excluídos da população analisada, totalizando-se, assim, 397 municípios estudados.

A justificativa para se utilizar os dados das eleições suplementares (determinação de novas eleições pelo TSE) para municípios nessa condição, conforme mencionado, é de que esses municípios mostraram comportamento diverso de uma “normalidade” observada. Além disso, constatou-se como significativamente relevante a diferença entre os seus resultados de 1º turno e os obtidos em eleições suplementares. Dado isso, optou-se, então, para esses municípios, por utilizar os IDs auferidos em relação aos dados da eleição suplementar em detrimento daqueles obtidos em relação ao primeiro turno.

Para a análise do posicionamento do ID foi estabelecida a seguinte escala: acima de 70% alto; entre 60% a 69% médio; entre 40% a 59% médio-baixo; abaixo de 40% baixo.

Na análise dos resultados do ID, por sua vez, tem-se que o valor final do referido índice para a maioria (98,74%) dos municípios, à exceção de 5 deles: Cambira, Campo Magro, Guaraniãçu, Mandirituba e Maringá, ficou entre médio-baixo e baixo, mesmo com a alta participação dos eleitores no pleito, marcado por uma competição (compID) evidenciada entre médio-baixa e baixa para 91,18% dos municípios.

Figura 3: mapa da distribuição do ID aos municípios paranaenses



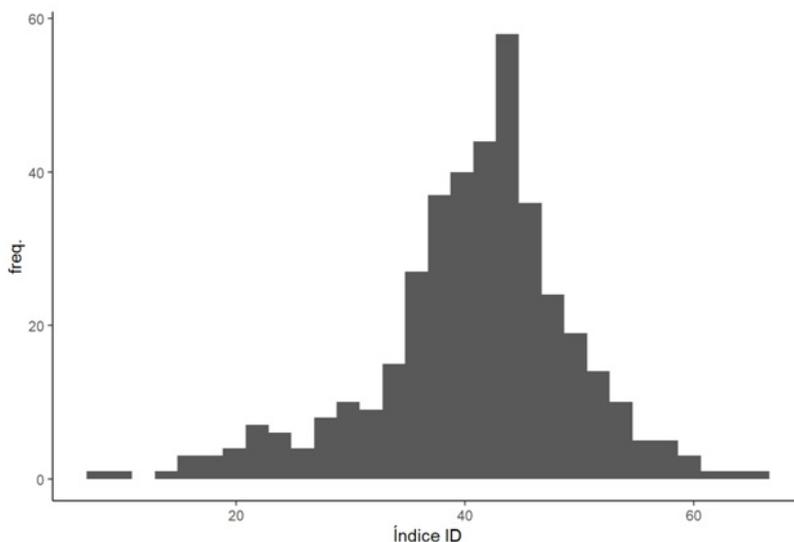
Mapa do índice de ID dos municípios paranaenses (%)

- | | |
|---------------|-------------|
| ■ Alto | ■ Baixo |
| ■ Médio | ■ Sem dados |
| ■ Médio-baixo | |

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Também é possível visualizar o padrão dos índices de democratização dos municípios paranaenses por meio da figura 4.

Figura 4: Histograma de frequência do ID dos municípios paranaenses



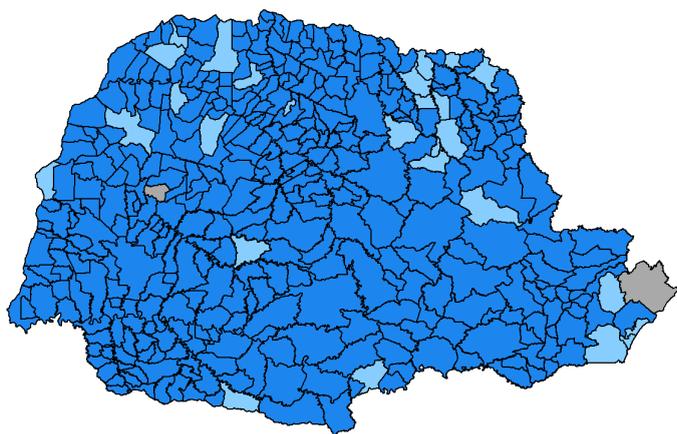
Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Com a análise do histograma ID é possível identificar que há uma diversidade entre os valores do ID distribuídos nos municípios paranaenses, com maior concentração de cidades com o valor de ID entre valores 30 a 50, representando índices baixos e médio-baixos.

Como resultados do cálculo da participação eleitoral (partID), constata-se, conforme a figura 5, que a grande maioria dos municípios (93,45%) possui um valor alto em participação eleitoral, considerando-se a seguinte escala: acima de 80% - alto; entre 60% a 79% - médio; entre 40% a 59% - médio-baixo e abaixo de 40% - baixo. Dado o alto número de municípios com índice partID elevado, isso pode ser consequência do voto ser obrigatório para maiores de 18

anos no Brasil, conforme estabelece o Art. 14 da Constituição Federal de 1988 (CF88)⁸⁴.

Figura 5: Mapa da distribuição do partir dos municípios paranaenses



Mapa do índice de partir dos municípios paranaenses (%)

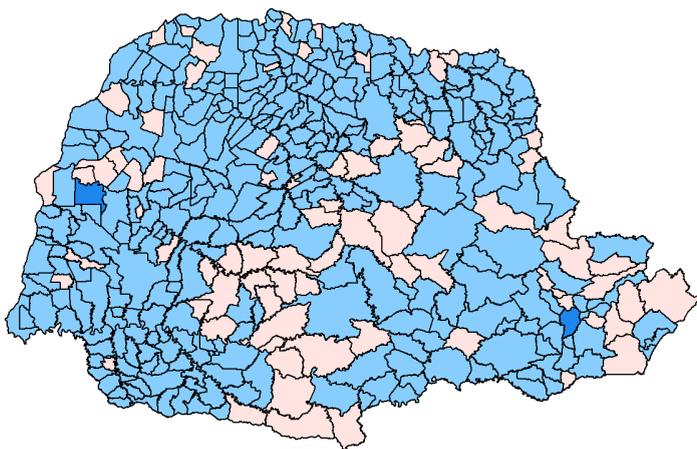


Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

A distribuição dos IPDM'S aos municípios paranaenses pode ser observada na figura 6, a qual demonstra haver uma concentração nas categorias "médio" e "médio-baixo", sendo a maior incidência colada na primeira categoria. Merece destaque na análise, no extremo da posição na categoria "alto", a classificação de apenas dois municípios entre todos os analisados: Curitiba e Palotina, com 85,93% e 80,92%, respectivamente.

84 BRASIL, 1988.

Figura 6: Mapa da distribuição do IPDM aos municípios paranaenses



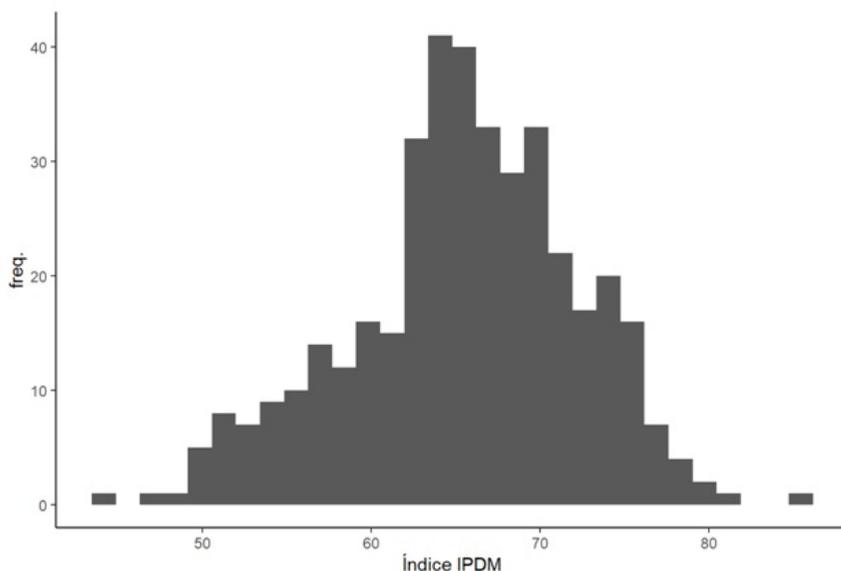
Mapa do índice IPDM dos municípios paranaenses (%)



Fonte: Elaborada pelos autores(2018).

Da mesma forma que adotado para a análise do padrão para o ID, é possível visualizar o comportamento da dispersão do IPDM aos municípios paranaenses a partir da análise da figura 7.

Figura 7: Histograma de frequência do IPDM dos municípios paranaenses



Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Com a análise do histograma do IPDM, é possível identificar que há uma diversidade nos valores distribuídos nos municípios paranaenses e um padrão de concentração de cidades entre os valores de 65 e 75, representando índices médios e desenvolvimento municipal.

Posto isso, considerando os objetivos do trabalho, foram efetuadas duas análises de correlações entre as variáveis definidas. Primeiramente, a correlação entre o ID consolidado com o IPDM e, posteriormente – haja vista o cerne do trabalho versar sobre apatia societal e essa tratar-se da participação –foi desmembrado ID e efetuado o cálculo da correlação entre a sua sub-variável partID e o IPDM.

Conforme Charnet et al.⁸⁵, uma variável resposta Y , considerando uma variável preditora X , é dada por uma parte determinística e outra aleatória: a parte determinística representa a informação sobre Y , que se pode esperar a partir de X , e a parte aleatória, denominada erro, representa os inúmeros fatores que podem afetar o valor de Y .

Dessa forma, seja Y uma variável aleatória que segue uma distribuição normal de parâmetros μ_y e σ_y^2 ($Y \sim N(\mu_y, \sigma_y^2)$), onde μ na nomenclatura matemática e estatística significa o valor esperado, $E[Y]$ a variável aleatória e σ^2 é a variância da variável aleatória.

Por conseguinte, considera-se $\mu = f(x) = \beta_0 + \beta_1 x$, onde x é uma variável explicativa, ou seja, uma variável independente qualquer. Portanto, a correlação é efetuada pelo valor esperado Y_i dado por X_i , expressada da seguinte forma:

$$E[Y_i | x_i] = \mu_{y_i} | x_i = \beta_0 + \beta_1 x_i \quad (5)$$

Nesta pesquisa, o IPDM é a variável dependente da correlação (Y) e o ID ou o partID são as variáveis independentes (X), conforme se observa no modelo proposto a partir da equação

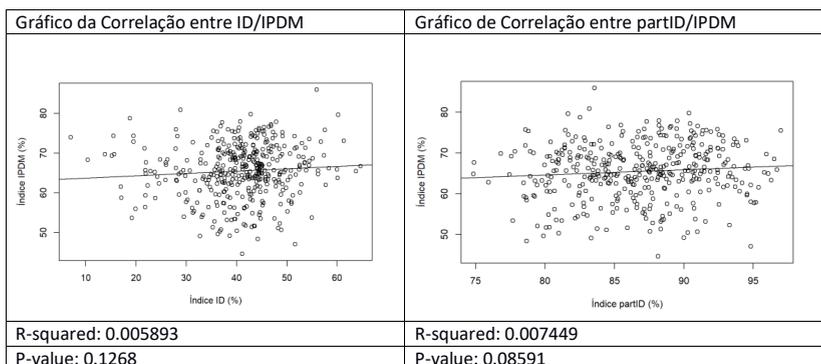
$$E[\text{IPDM}_{\text{cidade}_i} | \text{ID}_{\text{cidade}_i}] = \beta_0 + \beta_1 \text{ID}_{\text{cidade}_i} \quad (6)$$

Onde: cidade_i corresponde aos municípios (cidades) do estado do Paraná utilizados no estudo (i.e.: cidade_i : S=397 \$).

Com isso, o coeficiente de explicação R^2 mostrou que o ID explica cerca de 0,38% da variação do IPDM, sendo considerado um valor correlacional muito baixo, a partir do que se infere que o ID pouco afeta o IPDM. A baixa correlação entre as variáveis pode ser confirmada na figura 8.

85 CHARNET et al., 2008, p. 9.

Figura 8: Gráficos dos resultados da correlação entre ID/IPDM e PARTID/IPDM



Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Percebe-se, por meio da análise dos gráficos, uma distribuição normal entre os índices ID e IPDM e que, ao definir a reta da correlação, existe uma fraca relação entre eles. Por meio dos cálculos efetuados, é possível estimar que o valor de β_0 ficou próximo a média de Y e, ao definir o intervalo de confiança para encontrar os limites inferior e superior, verifica-se que o zero está compreendido no intervalo de confiança β_1 ; com isso é plausível afirmar que β_1 pode ser igual a zero e, por isso, supõe-se que a variável ID pode explicar a variável IPDM, porém, com baixíssima influência.

Como segunda possibilidade foi verificada a possível existência de relação entre o sub-índice partID, sendo ele a variável independente X (explicativa) e o IPDM como variável dependente Y (resposta). Dessa maneira, o modelo se expressa da seguinte forma:

$$E [IPDM_{cidade_i} | partID_{cidade_i}] = \beta_0 + \beta_1 partID_{cidade_i} \quad (7)$$

Onde: $cidade_i$ corresponde às cidades do estado do Paraná utilizadas no estudo (i.e.: \$cidade_i\$S=397 \$).

Com isso, o coeficiente de explicação R^2 mostrou que o partID explica cerca de 0,7391% da variação do IPDM, sendo considerado um valor muito baixo, inferindo-se que o partID pouco afeta o IPDM.

Na figura 8, da mesma forma que o evidenciado para a correlação entre ID e IPDM, também é perceptível uma distribuição normal entre os índices correlacionados e, ao definir a reta da correlação, nota-se uma fraca relação entre as variáveis partID e IPDM. Pelos resultados auferidos, é possível estimar que o valor de β^0 ficou próximo a média de Y e, ao definir o intervalo de confiança para encontrar os limites inferior e superior, verifica-se que o zero está compreendido nesse intervalo β^1 e, por isso, é suposto que β^1 pode ser igual a zero; ou seja, supõe-se que a variável partID explica a variável IPDM, porém, com baixíssima influência.

Conclusão

A despeito dos desafios e limitações, o trabalho, considerando os resultados encontrados, mostra-se pertinente como possível fonte para novos estudos e também como material para conhecimento da sociedade sobre o tema, sendo de considerável pertinência devido a atual crise política, com reflexos societais, que se vive atualmente no país.

Da análise dos resultados, constatou-se que há uma baixíssima relação entre o ID e o IPDM e, igualmente, uma baixíssima relação entre o partID e o IPDM. Essa conclusão pode ser defendida devido ao índice de correlação entre o ID e o IPDM ter resultado em 0,38% e o gráfico de correlação ter demonstrado uma reta levemente positiva na relação dos índices.

Já na análise de correlação efetuada entre o partID e o IPDM, o coeficiente calculado resultou em 0,74% e o gráfico,

da mesma forma, também apresentou uma reta levemente positiva. Ou seja, nas duas análises correlacionais, os coeficientes, embora positivos, mostraram-se baixíssimos, concluindo-se que o ID ou o partID pouco interferem no IPDM. Portanto, respeitadas as possíveis limitações específicas do método, em resposta à questão de pesquisa norteadora deste estudo, pode-se então afirmar que a apatia político-societal pouco influencia no desenvolvimento local e regional, tendo em vista a baixa correlação entre os índices estudados neste trabalho.

Os resultados encontrados não chegaram a confirmar os pressupostos do estudo, pois se constatou que a participação societal medida pelo partID, enquanto insumo do ID, não interfere de modo significativo no desenvolvimento local, devido a baixíssima correlação encontrada entre os índices, não confirmando a esperada relação diretamente proporcional do partID com o IPDM. Da mesma maneira, também não é possível confirmar o pressuposto de que quanto menor o ID, maior a apatia político-societal e, por conseguinte, menor o IPDM comparado. Por isso, os pressupostos não foram confirmados, visto que não houve indício de correlação relevante entre os três índices relacionados.

Para a continuidade de novos estudos, reconhecido o fértil campo a ser explorado, sugere-se o aprofundamento em trabalhos sobre a administração pública societal, sobre os índices de democratização existentes, como o Índice de Democratização Eleitoral (ID) aqui utilizado, ou mesmo o Índice de Democratização Local, criado recentemente pelo Instituto Atuação (Instituto Atuação, 2018). Também se propõe como estudo a análise dos índices efetuada com outros desdobramentos, como por exemplo: ao invés de desmembrar o ID, poder-se-ia, ao contrário, desmembrar o IPDM, trabalhando-se, dessa maneira, a variável educação

do índice a fim de encontrar possíveis relações com o Índice de Democratização.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Fernando. *Introdução à Economia*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2005.

BARROS, Aidil; LEHFELD, Neide. *Fundamentos de Metodologia: um Guia para a Iniciação Científica*. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 set. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico*. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/antigo/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BUARQUE, Sérgio Cavalcanti. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUSSAB, Wilton; MORETTIN, Pedro. *Regressão Linear Simples*. In: _____. **Estatística Básica**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CERVI, Emerson Urizzi. *Temos mais democracia eleitoral para prefeito do que para presidente. Quem diria, hein?!*. 2017(a). Temos mais democracia eleitoral para prefeito do que para presidente. Quem diria, hein?! 2017a20172 Disponível em: <<https://blogempublico.wordpress.com/2017/05/01/>>

temos-mais-democracia-eleitoral-para-prefeito-do-que-para-presidente-quem-diria-hein/>. Acesso em 16 abr. 2018.

_____. Eleições municipais e crise nacional: disputas eleitorais para prefeito e vereador no Brasil em 2016. In. CONGRESO LATINOAMERICANO Y CARIBENO DE CIENCIAS SOCIALES, 4., 2017, Salamanca. *Simpósio*(S3.21 Instituciones, gobierno y élites del nivel local), Universidad de Salamanca, España: Flacso, p. 257, 2017b.

CHARNET, Reinaldo; FREIRE, Clarice; CHARNET, Eugênia; BONVINO, Heloísa. *Análise de modelos de regressão linear: com aplicações*. 2. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.

CORRAR, Luiz ; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José. (Coords.). *Análise Multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia*. FIDECABI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. São Paulo: Atlas, 2007.

FONT, Joan. Participación ciudadana y decisiones públicas: conceptos, experiencias y metodologías. In. Ziccardi, Alicia (Comp.) México, IIS-UNAM, Indesol, *Comecso*, p. 23-42, abr. 2004.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia B. de; HERMANN, Jennifer. *Economia Brasileira Contemporânea*. 2 ed. São Paulo: Elsevier – Campus, 2011.

GIL, Antonio. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos Gestores e participação sociopolítica*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina. *Política & Sociedade*. v. 10, n. 18, p. 223-244, abr. 2011b.

_____. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. *Cadernos Metrópole*. n. 7, p. 9-31, 2002.

INSTITUTO ATUAÇÃO. *Fortalecendo Cultura, Construindo Democracia*. Disponível em: <<http://atuacao.org.br/files/relatorio-indice-2018-web.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Índice Iparades de Desempenho Municipal - IPDM*. Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=19>http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/ipdm/nota_metodologica_IPDM.pdf. Acesso em: 18maio2018.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=19. Acesso em: 18maio2018.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/ipdm/comentarios_IPDM_2011.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

JANNUZZI, Paulo de M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *RAP*: Rio de Janeiro, p. 51-72, jan./fev. 2002.

KISHTAINY, Niall (Ed.). *O Livro da Economia*. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Globo, 2013.

LUNARDI, Fabrício C. Democracia na tensão entre o conservadorismo e a utopia: por uma reorientação constituinte de sentido a partir dos movimentos sociais e das manifestações

populares. *RBEP – Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: UFMG, n. 119, p. 81-115, jul./dez. 2019.

MATIAS-PEREIRA, Jose. *Manual de gestão pública contemporânea*. 4. ed. São Paulo: Atlas 2012.

MENDES, Luciano; CAVEDON, Neusa R. *O mercado de camelôs e as contribuições ao desenvolvimento local de uma cidade. Interações*. Campo Grande, v. 15, n. 2, jul./dez. 2014.

NUSDEO, Fábio. *Curso de Economia: introdução ao direito econômico*. 8 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

OLIVEIRA, Antonio G. de; CATAPAN, Anderson; VICENTIN, Iván C. *A Apatia da Participação Política do Povo Brasileiro na Administração e Governança da República: Motivos e Consequências*. *GCG – GEORGETOWN UNIVERSITY*. *Universia*, v. 9, n. 2, p. 108-123, mai./ago. 2015.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Administração Pública Brasileira Entre o Gerencialismo e a Gestão Social*. *RAE - Revista de Administração de Empresas*. CEPEAD-UFMG, v. 45, n. 1, p. 36-49, jan./mar. 2005.

PECI, Alketa; PIERANTI, Octavio Penna; RODRIGUES, Sílvia. *Governança e New Public Management: convergências e contradições no contexto brasileiro*. In: *Revista O&S*, v. 15, n. 46, pp. 39-55, 2008.

PIGOU, Arthur C. *The Economics of Welfare*. 4. ed. Edimburgo: R. & R. Clark Limited, 1932.

PINHEIRO, Otilie M. *Plano diretor e gestão urbana*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, 2010.

PINHO, Diva B.; VASCONCELLOS, Marco A. S. de; TONETO JUNIOR, Rudinei (Orgs.). *Manual de economia*. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Orgs.). *Manual de economia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal *Brasileiro*. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. 96p. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Desenvolvimento Humano e IDH*. Brasília: Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

R CORE TEAM (2018). *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL. Disponível em: <<https://www.R-project.org/>>. Acesso em: 08 maio 2018.

REDRUELLO, Aledo. *La Apatia Política em Democracia*. 2015. Tese (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Estudios Políticos – Facultad Latino Americana da Ciencias-Sociales. Ecuados. 2015.

SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos ; LUCIO, María. *Metodologia de pesquisa*. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Rubicleis. G.; LIMA, João E. Avaliação Econômica da Poluição do ar na Amazônia Ocidental: um estudo de caso

no estado do Acre. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 44, p. 157-178, 2006.

SIMÓN, José L. M. La influencia de las externalidades em la economia del bien estar: el enfoque tradicional. *Cuadernos de Economía*. v. 15, p. 239-268, 1987.

SLOMSKI, Valmor. SLOMSKI, Vilma G.; KASSAI, José R.; MEGLIORINI, Evanir. Sustentabilidade nas organizações: a internalização dos gastos com o descarte do produto e/ou embalagem aos custos de produção. *R. Adm.*, São Paulo, v.47, n.2, p. 275-289, abr./maio/jun. 2012.

VANHANEN, Tatu. Democratization: a comparative analysis of 170 countries. London: Routledge Research in Comparative Politics. Routledge.Taylor& Francis Group, 302 pp. 2003. Resenha de: ACUNA-AFARO, Jairo. *Revista de Ciência Política*. Santiago, v. 25, n. 1, p. 280-283, 2005.

VILLELA, Lamounier E.; VIDAL, Marcelo de O.; ARAUJO, Antonione C. de; COSTA, Nayara L. S. F. da; COSTA, Eduardo G. da. A conferência nacional das cidades como instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento territorial: a percepção dos conselheiros nos processos participativos e deliberativos. *Cadernos EBAPE.BR (FGV)*, v. 14, Edição Especial, Rio de Janeiro, p. 619-639, jul. 2016.

THEISS, Viviane. DAL VESCO, Delci G.; UTZIG, Mara J.; SCARPIN, Jorge E. Despesas Públicas e Externalidades Positivas: uma análise da saúde dos países da América Central, do Sul e México. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*. João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 4-17, jan./abr. 2015.

Os dois autores ofereceram substanciais contribuições científicas e intelectuais ao estudo. As tarefas de concepção e design do estudo, concepção e desenho da pesquisa, definição dos objetivos e pressupostos do trabalho, delineamento da pesquisa, definição da metodologia, estrutura do artigo, concepção e planejamento do trabalho produzido, análise e interpretação de dados, bem como a aprovação final da versão a ser submetida, foram desenvolvidas em conjunto. A primeira autora, Professora Suzane Raquel Guerra Santos, ficou especialmente responsável pelo planejamento do trabalho e pela preparação e redação do manuscrito; o segundo autor, Professor Antonio Gonçalves de Oliveira, ficou responsável pela revisão técnico-científica do texto, pela crítica intelectual do conteúdo e pela coleta e processamento dos dados. (Texto informado pelos autores)

Recebido em 22/03/2019

Aprovado em 14/03/2020

Antonio Gonçalves de Oliveira

E-mail: agoliveira@utfpr.edu.br

Suzane Raquel Guerra Santos

E-mail: suzi_rguerra@hotmail.com